A SEMANA
na África
Clipping sobre PALOP e África Austral

03 a 09 de Fevereiro de 1992 Nº 24

ANGOLA: Investimentos estrangeiros e mudanças no governo

Durante a visita de três dias que realizou em Angola, na última semana de janeiro, o presidente do governo espanhol **Felipe Gonzalez** assinou uma série de importantes acordos, que confirmam a **Espanha**, segundo *O Jornal*, como o maior parceiro econômico desse país africano. Foi acertado um programa de cooperação que prevê a concessão, por parte de Espanha, de US$370 milhões, em créditos de curto, médio e longo prazo, além de US$60 milhões em créditos adicionais. (Angola deve a Espanha US$360 milhões, e o saldo da balança comercial é esmagadoramente favorável a esta última). Este programa terá como áreas fundamentais de atuação os setores hidroelétrico, alimentar, petrolífero, aéreo e pesqueiro, e terá início em março deste ano (pp.2, 3 e 6).

Angola recebeu também a visita, a partir do dia 2 de fevereiro, de uma comissão da **Comunidade Européia**, que pretende acertar os termos do acordo de cooperação, nos termos da Convenção de Lomé IV (pp.4, 5 e 7). As áreas privilegiadas serão as atividades agrícolas e pesqueira (visando a segurança alimentar, assim como a proteção do meio-ambiente e dos recursos naturais), o setor de transportes e comunicações, e o desenvolvimento de empresas do setor privado. A comissão da CE, à qual se juntou **Jeffrey Davidow**, sub-secretário adjunto de Estado para Assuntos Africanos dos EUA, visitou no Huambo a Escola de Formação de Oficiais do futuro exército nacional, tendo encontrado-se, também com a CCPM, procurando estudar o estado de implementação dos acordos de paz, e os resultados da recente reunião multipartidária (ver *A Semana* n.22-23).

Também demonstram interesses em investir em Angola a **França**, cuja Caixa Central de Cooperação autorizou a assinatura de compromissos financeiros no valor de cerca de US$400 milhões, e a **Africa do Sul**, que pretende dar uma ajuda de US$120 milhões, voltada basicamente para a recuperação dos setores mineiro, têxtil e alimentar, além de acordos sobre a aviação civil (pp.6-7).

Neste ambiente de intensa agitação nos meios político-financeiros, foi anunciada a demissão do ministro de Finanças, **Aguinaldo Jaime**, e do governador do Banco Central, **Fernando Teixeira**, substituídos respectivamente por **Mário Alcântara Monteiro** e **Sebastião Bastos Lavrador** (pp.3, 4 e 6). Foi anunciada ainda que a direção do futuro semanário *Terra Angolana*, impresso em Portugal e ligado à UNITA, será do português **Jofre Justino**, e que em abril será inaugurada em Luanda uma rádio independente (p.7).

NESTA EDIÇAO:

Livros portugueses a serem vendidos na Africa?
p.1

Espanhois, Franceses e CE visitam Angola
pp.2-6

Entrevista com Vieira Lopes secretaria-geral da FpD
p.2

Comunicação social - jornais e emissoras novas em Angola
p.7

Camponês moçambicano terá organização própria
p.9

Reunião da SADCC discute possível adesão da Africa do Sul
p.8, 12

MOÇAMBIQUE: Conferência da SADCC discute a integração da Africa do Sul à organização, e a cooperação com a CE, enquanto é definida a nova legislação da área financeira

Enquanto prosseguem as complexas negociações de paz, em Roma, a **Renamo** continua realizando ataques nas áreas periféricas de Maputo. A vítima, na última sexta-feira, fora a vila de **Machava**.

Na área financeira continuam as deliberações acerca da legislação sobre a privatização do

Informativo de circulação restrita editado pelo programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS – CEAA do Conjunto Universitário Cândido Mendes
Responsável: José Maria N. Pereira. Elaboração: Colin Darch, Edson Borges, Francisco E. Novello, Marcelo Bittencourt Pinto e Rogério A. Schmitt.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (021) 2310648. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

setor bancário. A partir de junho, o **Banco de Moçambique** apenas conservará as funções de organismo emissor, e de autoridade monetária, cambial e de supervisão do sistema financeiro. Com isto, o setor estará aberto para a instalação de bancos privados.

Um evento de importância regional - mas que atrai as atenções da **Comunidade Europeia** - ocorre em Maputo. É a XII. Conferência Anual Consultativa da **SADCC**. Entre o leque de questões em pauta, merecem destaques o interesse da CE em incrementar a cooperação com a Africa Austral, e a integração da Africa do Sul na SADCC (tendo como condição o desmantelamento do apartheid e a democratização).

No âmbito da reorganização das forças política e econômica internas, será criada em breve a **União Nacional dos Camponeses** (pp.8-9).

PORTUGAL/PALOP: constituição de um órgão coordenador da cooperação

A cooperação com os PALOP acaba de ganhar um órgão coordenador. É a **Associação Portuguesa das Administrações e Juntas Portuárias (APJP)** Entre os objetivos para 1992 destacam-se a análise e resolução dos problemas que afetam o setor, visando, posteriormente, imprimir-se melhor qualidade e dinamismo.

No setor de investimentos diretos, a **GAP** pretende instalar-se em Angola, implantando uma indústria de carnes, com um investimento inicial de US$5 milhões; já a **Petrogal** inaugurará em fevereiro dois postos de distribuição de combustíveis e lubrificantes em Luanda. Este negócio poderá somar-se à criação de uma empresa mista com a **Sonangol**.

O governo português acaba de estabelecer um limite adicional de dez milhões de contos (cerca de US$75 milhões) para garantia de créditos à exportação para Angola. Essa linha de crédito está sujeita a um prêmio de seguro mais elevado, por não ter a tradicional cobertura das exportações de petróleo angolano (pp.3-4).

AFRICA DO SUL - Nova sessão do parlamento branco e viagem do Presidente, enquanto as negociações e a violência continuam.

Como é de costume, a nova sessão parlamentar sulafricana começou na semana passada, ainda com o sistema tricameral que excluí da representação a maioria negra do país. O Partido Conservador, principal oposição ao Governo de Klerk, mantém a sua recusa absoluta de participação na CODESA (Conferência para Democracia na Africa do Sul), e, evidentemente aceitando a inevitabilidade da chegada da democracia no país, adotou uma política exigindo um processo de autodeterminação para o povo afrikander, visando uma eventual secessão de um estado branco "boer". É óbvio, portanto, que o Presidente de Klerk teme uma influência crescente desta tendência, e será para ele necessário evitar a qualquer custo mais uma eleição branca (p.11).

De qualquer forma, o essencial do ponto de vista econômico é a reintegração o mais rápido possível da República no sistema comercial e financeiro internacional, após anos de isolamento. O Presidente viajou a partir dos fins de janeiro para seis países europeus, a Inglaterra, Suíça, França, e três países excomunistas, nomeadamente Polônia, Hungria e Czechoslováquia. Em Londres, teve conversas com Primeiro-Ministro John Major, cujas conteúdos não foram divulgados na imprensa portuguesa (p.10). Antes de viajar, nos fins de janeiro, de Klerk recebeu em audiência o líder da UNITA, Jonas Savimbi, na Cidade do Cabo. (p.10).

A CODESA chegou quase ao ponto, no entanto, de conseguir um estatuto jurídico para as suas decisões, o que dará ao ANC uma voz cada vez mais importante na administração da Africa do Sul. O governo apresentou uma pré-proposta constitucional, com cinco pontos principais, nomeadamente: uma administração transitória, um referendo constitucional, eleições gerais com uma participação não-racial, a continuação do governo de transição no período pós-eleições, e um referendo final pós-eleições sobre a forma da constituição (p.11). Claro que estas propostas deram um ponto de partida para a negociação, e não constituem uma posição dura do governo.

O Zimbábue continua sofrendo, em baixo de um céu de brigadeiro, uma seca que atingiu as zonas setentrionais, normalmente as mais férteis do país (p.12).

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

APJP coopera com PALOP

A COORDENAÇÃO da cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) é a grande aposta da recém-criada Associação Portuguesa das Administrações e Juntas Portuárias (APJP).

Segundo o presidente da direcção, Rogério Beatriz, o objectivo da APJP para 1992 é coordenar acções com as autoridades daqueles países que são feitas pontualmente por algumas administrações e juntas portuárias nacionais.

Mas o plano de actividades para este ano não se fica por aqui. A APJP, que reúne 12 membros fundadores (nove administrações e juntas portuárias do continente e três dos Açores), pretende levar a cabo acções de formação profissional conjuntas destinadas às três mil pessoas que empregam.

«Conseguiremos assim alcançar economias entre portos e juntas», sublinhou Rogério Beatriz.

Em matéria de privatizações, a APJP não se quis pronunciar. Prefere, por enquanto, aguardar as decisões do Ministério do Mar, que passou a tutelar as administrações e as juntas portuárias.

Mas antes de mais a nova associação quer ser um fórum **«adequado à análise e resolução dos problemas que afectam o sector, imprimindo-lhe melhor qualidade e celeridade»**.

Segundo Rogério Beatriz, a associação pretende ainda realizar durante este ano uma conferência, com carácter internacional, que conte com a participação de especialistas em questões do sector, para debate de temas de interesse para os associados.

Por outro lado, a celebração de um protocolo com a Região Autónoma da Madeira, cujos portos não são associados da APJP por motivos de ordem estatutária, está igualmente prevista.

«O protocolo a estabelecer prevê que se ultrapassem as dificuldades existentes de modo a haver uma participação activa dos portos da Madeira nas acções da APJP», concluiu.

M.C.

[illegible] TERÇA FEIRA, 28 JANEIRO 1992

Livreiros portugueses interessados em África

A PUBLICAÇÃO de livros auxiliares e a distribuição de uma revista especializada vão ser as duas apostas fundamentais da Porto Editora nos mercados dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). A maior editora nacional de livros escolares vai distribuir, numa primeira fase, a "Revista Educação" em escolas e universidades angolanas, depois da publicação de diversos livros auxiliares (gramáticas e livros de exercícios) naquele país, em Moçambique e em Cabo Verde.

Trata-se de um projecto recente de periodicidade semestral, vocacionado exclusivamente para a discussão e consulta dos grandes temas da educação, cuja distribuição se deve ao interesse demonstrado pelo respectivo ministério angolano. A Porto Editora pondera agora a hipótese de alargar esta revista a outros países africanos de língua portuguesa, exceptuando, talvez, S. Tomé e Príncipe por ser menos viável optimizar um projecto com estas características num país de dimensões tão reduzidas. Contudo, responsáveis pela educação nesses países poderão vir a colaborar na realização da revista da Porto Editora, dando a conhecer os problemas essenciais com que se defrontam.

Esta editora, fundada em 1944, recebe frequentemente pedidos de missões religiosas para o envio de livros para os PALOP. É o caso de um missionário português que solicitou o envio de livros como única forma de a eles terem acesso as crianças que frequentam as escolas de Ampula, em Moçambique, — onde são mais evidentes as dificuldades de distribuição dos manuais escolares.

Nos PALOP são os ministérios quem define os programas e o livro único que as escolas devem adoptar. Isto faz com que seja difícil as editoras nacionais "penetrar nos mercados desses países no que se refere ao livro único", explica Nun'o Costa, da Porto Editora. Razão pela qual a primeira aposta incide na publicação de livros auxiliares.

Embora de uma forma cautelosa, editores e livreiros voltam a demonstrar interesse por estes mercados, tendo sido realizada há dias uma missão comercial a Angola organizada pela Associação Portuguesa de Editores e Livreiros (APEL). "No pensamento da direcção existe a intenção de, em colaboração com o Instituto de Comércio Externo Português (ICEP), efectuar mais missões comerciais a vários países africanos, mas não há ainda nada em concreto" disse-nos um responsável da APEL. Acrescenta o mesmo que o projecto está ainda "muito verde", já que a nova direcção será eleita em Março. ■

Amílcar Correia

Líder da Frente para a Democracia ao PÚBLICO SÁBADO 1 FEVEREIRO 1992

"Angola inicia hoje um mês decisivo"

Figura ascendente da política angolana, o economista Filomeno Vieira Lopes, de 37 anos, declarou ao PUBLICO que o mês de Fevereiro vai ser de importância fundamental para se definir se as eleições no seu país poderão ou não ser disputadas antes do fim de Setembro.

Ao esclarecer alguns dos aspectos que ficaram pouco claros no fim da reunião multipartidária havida o mês passado em Luanda entre o Governo e 26 formações políticas, Vieira Lopes, secretário-geral da Frente para a Democracia (FpD), disse que o importante não é marcar uma data — seja ela 19 ou 26 de Setembro — mas sim reunir condições para que o acto decorra de uma forma isenta.

O tempo é demasiado apertado e, se não houver condições de uma verdadeira liberdade política, o MPLA e a UNITA (que ontem iniciaram conversações sobre o pacote legislativo) continuarão a dominar a política angolana, sem verdadeira oportunidade para as demais formações — notou o secretário-geral da FpD, presentemente em Lisboa, onde efectua uma série de contactos com políticos portugueses e intervém em seminários.

Para que as eleições angolanas efectivamente possam ser dentro dos próximos oito meses, é preciso concluir o acantonamento das tropas das duas partes que foram beligerantes, formar um verdadeiro Exército nacional, alargar a Administração a todo o território, eliminar as intimidações e acabar com a exoneração daqueles que se inscrevem em partidos da oposição — prosseguiu Vieira Lopes, que foi uma das figuras em destaque na "multipartidária" de Janeiro.

Só se em todos esses aspectos se avançar grandemente durante Fevereiro (nos contactos Governo-UNITA, em nova reunião multipartidária e numa sessão parlamentar) é que haverá condições para um autêntico recenseamento eleitoral, sem o qual não valerá a pensar na concretização de legislativas e presidenciais antes do fim de Setembro — elucidou, ao manifestar o ponto de vista de que as próximas cinco semanas vão ser transcendentes para a definição do futuro de Angola.

O MPLA tende a conservar o controlo sobre o aparelho central do Estado e a UNITA não quer largar mão das zonas onde tradicionalmente actuou, de modo que dão muito pouca oportunidade às demais formações políticas de se expressarem livremente e de poderem actuar em todo o país — disse Vieira Lopes, cujo grupo se situa a par do Partido Renovador Democrático (PRD) entre as mais destacadas das chamadas "forças emergentes".

"O importante é que as eleições sejam justas e livres (não que se realizem um mês mais cedo ou dois meses mais tarde); mas os grandes partidos, MPLA e UNITA, não querem uma verdadeira transição democrática, com oportunidades iguais para todos" — comentou o entrevistado, que se disse pessimista quanto à hipótese de verdadeiras eleições equitativas se poderem realizar em Angola antes do fim de Setembro.

Um dos motivos para o seu pessimismo é que ainda nem sequer existe uma verdadeira Lei de Partidos aceite por todas as partes e que o único partido até agora legal é o MPLA. Mas essas dificuldades poderão ser ultrapassadas se realmente em Fevereiro se conseguir avançar muito, tanto em novas reuniões entre formações políticas como numa sessão especial da Assembleia do Povo encarregada de concretizar grande parte do que foi tratado durante o mês de Janeiro.

Quanto às presidenciais, Vieira Lopes admite que nelas, ainda mais do que nas legislativas, haja uma certa tendência para a bipolarização, entre os nomes de José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi. No entanto, reconhece que Joaquim Pinto de Andrade, líder do PRD, ou outras figuras da oposição também poderão entrar em liça, mormente se ao longo dos próximos meses a democratização vier a ser um facto real e não apenas um processo semi-fictício.

Acerca da Fpd, afirmou que "é profundamente humanista" e defende uma "democracia amplamente participativa: o Estado tem de estar sob o controlo do cidadão". ■

Angola baila 'flamenco'

Luanda ultrapassou os tradicionais parceiros latino-americanos de Madrid em matéria de cooperação a fundo perdido

William Tonet
Luanda

O presidente do governo espanhol, Felipe González realizou, esta semana, uma bem sucedida visita de três dias a Angola, no decurso da qual assinou importantes acordos que confirmam a Espanha como o maior parceiro económico de Angola.

Nesta sua primeira visita a Luanda, o chefe do executivo espanhol trazia, na agenda, um programa de cooperação nos termos do qual Madrid deveria conceder a Angola 370 milhões de dólares em créditos de curto, médio e longo prazos, para financiar diversos projectos. A esse montante, González prometeu acrescentar outros 60 milhões, em créditos adicionais.

Os projectos cuja execução vai ser financiada pelo Reino de Espanha foram identificados durante a reunião da Comissão Mista Hispano-Angolana, realizada em Dezembro, em Luanda. As principais áreas de actuação nesta cooperação são os sectores eléctricos, redes frigoríficas, petróleos, pescas e aviação. Madrid participará, ainda, noutros projectos de cooperação a fundo perdido para o que já aprovou a concessão de 13 milhões de dólares, nos próximos dois anos.

Angola é o principal destinatário de cooperação espanhola a fundo perdido, recebendo muito mais do que qualquer país latino-americano. Nas vésperas da chegada de Felipe González a Luanda, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos, anunciara que iria pedir ao seu visitante um estatuto de cooperação privilegiado. Reafirmando o carácter excelente das relações entre os dois países, Eduardo dos Santos afirmara esperar do Reino de Espanha a concessão dum estatuto equivalente ao de muitos países da comunidade latino-americana. E Felipe González não defraudou as expectativas do seu anfitrião. Angola deve a Espanha 360 milhões de dólares, dos quais apenas 15 milhões são exigíveis a curto prazo.

O saldo da balança comercial entre os dois países é esmagadoramente favorável a Madrid. Nos primeiros onze meses do ano pasado, a Espanha exportou para Angola produtos no valor de 9532 milhões de pesetas e comprou 2368 milhões de pesetas de produtos angolanos. Madrid importa de Luanda sobretudo petróleo — 15 mil barris/dia — e produtos pesqueiros.

A companhia petrolífera espanhola Repsol criou, recentemente, uma empresa mista para desenvolver em Angola projectos de exploração petrolífera.

A visita de Felipe González a Luanda teve também um profundo significado político, uma vez que só se realizou depois da obtenção da paz em Angola. Embora em 1987 tenha mandado a Luanda o seu ministro dos Estrangeiros e então vice-presidente do governo, Alfonso Guerra (assim como o ministro da Defesa Narcis Serra, González foi adiando sucessivamente a sua deslocação, até se confirmarem as perspectivas de paz, com a assinatura dos acordos de Bicesse.

«Significado especial»

De resto, Madrid está também interessado no processo de pacificação de Angola, através de 14 militares que integram o contingente da ONU encarregue de controlar o cessar-fogo no país.

«A visita de Felipe González, neste momento, tem um significado especial porque coincide com o processo de pacificação e democratização de Angola e de abertura e inserção deste país nas relações económicas internacionais», disse, em Luanda, uma fonte autorizada espanhola.

Para a mesma fonte, a visita de González em Luanda pretende ser também uma oportunidade para permitir uma maior presença espanhola numa zona de grande sensibilidade política como é a África Austral. A lenta mas, ao que parece, irreversível derrocada do «apartheid» na África do Sul, vai assumir decisiva influência no desenvolvimento político e económico da zona.

Comentando a importância e diversos títulos da visita de Felipe González a Luanda, o «Jornal de Angola», órgão oficioso do Governo, publicou um editorial, na primeira página onde se afirma que, «aludida por diversas vezes, a visita de Felipe González acaba por concentrar-se ignorando a intriga política que alguns vizinhos, seus são pretextos, assumindo uma importância maior pela disposição da Espanha em apoiar o actual povo angolano num período que muitos consideram de indefinições por se desconhecer o veredicto que sairá das urnas daqui a oito meses».

A deslocação a Luanda, realizada a menos de oito meses das primeiras eleições livres em Angola, foi aproveitada pelo chefe do governo espanhol para contactar as principais forças políticas do país. Assim, González encontrou-se com os líderes da UNITA, FNLA e PRD, respectivamente Jonas Savimbi, Holden Roberto e Joaquim Pinto de Andrade. Nos 16 anos de guerra civil em Angola, Madrid nunca teve nenhum contacto oficial com a UNITA, mas depois da assinatura dos Acordos de Bicesse, o governo espanhol e a UNITA estabeleceram as primeiras conversações, e o ministro dos Estrangeiros, Fernando Ordóñez, recebeu Jonas Savimbi, em Bruxelas.

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

Espanha: 500 milhões para Angola

AO PÔR em marcha, esta semana, um investimento financeiro avaliado em cerca de 500 milhões de dólares para a reconstrução de Angola, a Espanha poderá levar Portugal a reequacionar a sua estratégia de incorporação no espaço económico angolano.

Sem grandes possibilidades para concorrer com os espanhóis, que se predispuseram a iniciar as negociações com Luanda, com vista à celebração de um acordo preferencial, depois das eleições, os portugueses parece estarem cada vez mais obrigados a fazer um apelo à sua vocação africana, inflectindo com maior agressividade a sua acção em áreas como as pequenas empresas, a cultura ou o ensino.

Portugal, no entanto, não parece disposto a perder tempo face a esta investida espanhola e prepara-se para, através do seu banco central, conceder créditos ao Banco de Angola no valor aproximado de 400 milhões de dólares, destinados ao relançamento da pequena e média indústria. **«Portugal não pode concorrer com a Espanha ou a África do Sul em projectos de grande envergadura, mas tem certamente um lugar insubstituível na reabilitação da pequena e média actividade empresarial»**, alerta, optimista, um investidor ligado à indústria metalomecânica de Lisboa.

Entretanto, ao visitar Angola, esta semana, Felipe Gonzalez parece apostar numa antecipação de investimento de capital político e económico capaz de acentuar o carácter privilegiado das relações entre Angola e Espanha, depois de Setembro próximo. A Espanha é considerada por Luanda como um parceiro singular que, «no ocidente, nos momentos mais difíceis da vida dos angolanos, nunca nos deixou cair». Ao arriscar um investimento calculado em 390 milhões de dólares, acrescidos de 60 milhões, a fundo perdido, destinados a apoiar a criação do Instituto Angolano de Apoio às Pequenas e Médias Empresas, Madrid tem os olhos virados para o futuro de Angola, dando prioridade a investimentos de grande envergadura nos domínios dos petróleos e dos recursos humanos.

«Dentro de três anos, a Espanha quer converter-se no primeiro parceiro económico de Angola, à frente dos Estados Unidos» — disse ao EXPRESSO um empresário espanhol, que acredita na possibilidade da maior empresa petrolífera da Espanha, a Repsol — com capital estatal — fazer subir de 37 para 110 milhões de dólares os seus investimentos em Angola e concorrer com êxito na busca de uma posição no bloco 13.

Para além do apoio espanhol nos programas de desmobilização, alimentação e reabilitação de infra-estruturas, Madrid projecta transformar Angola na principal base da sua indústria pesqueira no Atlântico sul, beneficiando do clima, da mão-de-obra barata, da localização estratégica e da disponibilidade de infra-estruturas portuárias espalhadas ao longo da costa angolana.

Os programas de cooperação deverão ter início, a partir do próximo mês, com a vinda a Luanda dos primeiros grandes grupos ligados a projectos de envergadura nos domínios da energia e da água. Ao mesmo tempo, no plano financeiro, o grupo espanhol Banesto disponibilizará, a favor do Banco de Poupança e Crédito de Angola, duas linhas de crédito estimadas, na totalidade, em 45 milhões de dólares. A primeira operação, de cerca de 25 milhões de dólares, reembolsável a médio e longo prazo, destinar-se-á a compras diversas, enquanto a segunda tranche, de 20 milhões de dólares, financiará o comércio exterior. Paralelamente, permanecerá aberta uma linha de crédito com o Banco Nacional de Angola, no valor de 70 milhões de dólares, num momento em que o grupo Banesto se prepara para actuar de forma discreta em Angola, a partir de uma representação do Banco Totta & Açores, que será convertida em sucursal operativa.

Gustavo Costa
em Luanda

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 2 DE FEVEREIRO DE 1992

Novidades de Angola

O Governo de Luanda foi remodelado na zona financeira, com um nome ministerial sonante: Mário Alcântara Monteiro. Isto quando Felipe González, naquela capital, afirmava: «Angola vai ser um país-chave no futuro do desenvolvimento geral da região austral africana.» E mais: «Queremos estar próximos.» Madrid não deixa para amanhã o que pode fazer hoje. Com a matriz de uma diplomacia agressiva, envolvente e arguta nos meandros da antecipação.

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

Exportações para Angola com mais 10 milhões

O GOVERNO português decidiu criar um limite adicional de 10 milhões de contos destinados a funcionar como garantia de créditos à exportação para Angola. Esta nova facilidade, que será também administrada pela COSEC, estará sujeita a um prémio de seguro mais elevado que o prémio aplicado às actuais linhas.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 DE FEVEREIRO DE 1992

GAP expande actividade a Angola

A GAP vai alargar a sua actividade a novos mercados, nomeadamente a Angola. Com efeito, a A. de Matos, uma empresa de indústria de carnes e pertencente ao grupo, pretende instalar-se naquele país africano, onde já assegurou contratos para três unidades de transformação de carnes, estando previsto um investimento inicial de cinco milhões de dólares.

Para fazer face a este investimento, a A. de Matos vai abrir o capital a novos sócios. O reforço de capital é de cerca de 500 mil contos, dos quais 300 mil deverão vir do grupo GAP, para manter o controlo das empresas.

No âmbito dos novos projectos, a A. de Matos tem ainda um projecto para uma nova unidade industrial, em Benavente, cujo investimento total ascende a 700 mil contos. Após a aprovação do Governo português, o projecto já foi submetido a Bruxelas, tendo em vista a obtenção de comparticipação pelo FEOGA.

A carteira de projectos da GAP SGPS engloba também o desenvolvimento de iniciativas pertencentes à Imogap, uma outra empresa do grupo, do ramo imobiliário. Em terrenos próprios, a Imogap vai construir edifícios destinados à habitação, uso comercial e escritório, numa área total de 40 750 metros quadrados e que representa um volume de investimento da ordem dos dois milhões de contos, distribuídos por quatro anos.

A GAP aprovou um aumento de capital na sua última asembleia geral, para 1,6 milhões de contos. Este é feito através de um aumento de capital de 600 mil para 800 mil contos por incorporação de reservas, com distribuição de uma nova acção por cada três detidas, e de 800 mil para 1,6 milhões de contos, por entrada de dinheiro fresco.

Um conjunto de accionistas abdicou do seu direito legal de preferência na subscrição de novas acções em favor da Tabaqueira, o que permitiu a entrada deste sócio em paridade com o grupo de accionistas que até agora constituía o núcleo duro da GAP. O grupo registou, em 1991, um resultado líquido de 36 mil contos.

Europa e Estados Unidos visitam Luanda

O PROCESSO de paz em Angola estará uma vez mais no centro das atenções quando este fim-de-semana visitarem o país representantes da "troika" da Comunidade Europeia e Jeffrey Davidow, o sub-secretário de Estado norte-americano para os Assuntos Africanos.

Os secretários de Estado Durão Barroso, de Portugal, Linda Chalker, da Grã-Bretanha, e Jan Pool, da Holanda, deslocam-se a Angola para debater com as autoridades as principais áreas que necessitam de uma intervenção imediata da Comunidade Europeia.

A "troika" da CE desloca-se amanhã à cidade do Huambo, conjuntamente com os integrantes da Comissão Conjunta Político-Militar (CCPM), para aí manterem contacto com o Comando Superior das Forças Armadas Angolanas e o seu Estado-Maior.

A missão conjunta "troika"-CCPM vai visitar no Huambo a escola de quadros das Forças Armadas, onde actualmente decorre o primeiro curso de instrutores do futuro Exército, assessorado por Portugal, Grã-Bretanha e França.

O secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, é esperado amanhã mesmo em Luanda, proveniente de Maputo, onde assiste à reunião da SADCC (Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral), enquanto Linda Chalker, secretária de Estado britânica dos Negócios Estrangeiros e do Desenvolvimento, chega hoje, dia em que também viajará para Luanda Jeffrey Davidow.

O sub-secretário norte-americano vem de Roma, onde deveria encontrar-se com representantes da Renamo e do Governo moçambicano que aí se encontram em mais uma ronda das conversações de paz.

[Fontes diplomáticas norte-americanas disseram à agência Lusa, em Washington, que Davidow deseja expressar ao Governo de Moçambique e à Renamo a "grande impaciência" dos Estados Unidos face à extrema lentidão e às sucessivas interrupções do processo negocial.]

Barroso e Davidow, que supervisionam directamente as respectivas equipas de observadores junto da CCPM, vão analisar o estado de implementação dos acordos de paz e os resultados da recente reunião multipartidária realizada entre o Governo e a oposição. A data definitiva da realização das eleições e a sempre presente questão dos demobilizados e acantonados estarão na ordem do dia.

As partes signatárias têm trocado informações contraditórias sobre o número de militares acantonados nas áreas de localização, mas de facto registam-se muitas deserções, sobretudo no lado governamental, devido à inexistência de condições nos locais pré-estabelecidos. Os Estados Unidos enviaram uma nova ajuda de emergência, com trinta contentores de rações de combate que irão beneficiar as tropas aquarteladas.

Este assunto, aliás, foi também discutido na CCPM, que quinta-feira efectuou a sua 27ª plenária, após um interregno de 20 dias. O "caso Quilengues", em que morreram três turistas britânicos e um neo-zelandês, foi um dos assuntos em discussão, dada a contradição entre as partes. A UNITA apresentou recentemente um suposto chefe do grupo que assassinou os turistas e que seria um oficial do ex-Ministério da Segurança de Estado.

As declarações do prisioneiro não convenceram ninguém e o Governo rebate que a zona de Quilengues é de acantonamento de tropas da UNITA. Várias pessoas citadas como tendo participado no acto desmentiram as versões da UNITA, e a Comissão Mista de Verificação e Fiscalização (CMVF) encarregada de esclarecer o assunto não conseguiu apurar nada por dificuldades em chegar ao local.

O controlo dos paióis de guerra e do acantonamento das tropas era outro assunto em agenda na reunião da CCPM.

Por outro lado, o Presidente José Eduardo dos Santos acaba de fazer uma pequena remodelação na parte financeira do Governo, ao substituir o ministro das Finanças e o governador do Banco Nacional de Angola. Mário de Alcântara Monteiro é agora o "homem forte" das Finanças, enquanto Sebastião Lavrador fica a dirigir o Banco Central. Substituíram, respectivamente, Aguinaldo Jaime e Fernando Teixeira.

O anterior ministro das Finanças, que saí a seu pedido, era muito considerado nos círculos financeiros internacionais e tinha uma posição crítica em relação a algumas medidas tomadas no âmbito do programa de acção do Governo, nomeadamente a sobretaxação imposta na importação das principais matérias-primas e outras mercadorias. Vai agora ocupar um alto cargo no Banco Africano do Desenvolvimento (BAD). ■

Vítor Silva, em Luanda

O JORNAL Sexta-feira, 31 de Janeiro de 1992

Durão + três em Angola

Uma semana depois de ter acolhido o primeiro-ministro espanhol, Felipe González, Luanda receberá a troika comunitária, com Durão Barroso, os seus homólogos holandês e britânico, e, ainda, o socialista espanhol Manuel Marín, vice-presidente da Comissão Europeia, encarregado da cooperação e desenvolvimento e da política de pesca. Apesar do carácter marcadamente político da visita, deverão ser avaliadas as possibilidades de ajuda a curto prazo e de apoio à recuperação económica de Angola, o qual poderia vir a ser objecto de uma conferência internacional patrocinada pela Comunidade.

Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, depois de acompanhar Soares na visita à Índia, voou para Londres, de onde seguiu, via Joanesburgo, para Maputo, a fim de participar na reunião do SADCC (Conferência para a Cooperação e Desenvolvimento da África Austral).

PÚBLICO SÁBADO, 1 FEVEREIRO 1992

Novo ministro em Angola

O PRESIDENTE angolano, José Eduardo dos Santos, acaba de nomear Mário Alcântara Monteiro para o cargo de ministro das Finanças. O novo titular da pasta era até agora director nacional das Alfândegas e substitui Aguinaldo Jaime, no Governo. Pouco depois da sua nomeação, Alcântara Monteiro classificou, numa entrevista à Rádio Nacional angolana, como "extremamente difícil" a tarefa que lhe foi confiada. "Devido à situação política, económica e financeira actual, em Angola", Eduardo dos Santos nomeou ainda Sebastião Bastos Lavrador para governador do Banco Nacional de Angola, em substituição de Fernando Teixeira. ■

O JORNAL Sexta-feira, 31 de Janeiro de 1992.

Créditos para Angola

O Governo estabeleceu um limite adicional de dez milhões de contos (cerca de 75 milhões de dólares) para garantia de créditos à exportação para Angola. Esta nova facilidade que será administrada pela Cosec, estará sujeita a um prémio de seguro mais elevado que o prémio aplicado às actuais linhas (o que se explica por não ter a cobertura das exportações de petróleo).

Postos Galp em Angola

A Petrogal vai inaugurar em Fevereiro dois postos de distribuição de combustíveis e lubrificantes na cidade de Luanda, em Angola. As obras de recuperação dos postos iniciaram-se em Janeiro, e, além do negócio de distribuição de combustível, a Petrogal mantém estreitas relações com a Sonangol, com quem espera vir a criar uma empresa mista.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 5 DE FEVEREIRO DE 1992

Comunidade vira-se para Angola com ajuda de 20 milhões de contos

A COMUNIDADE Europeia está a afirmar o seu empenho em apoiar o processo de paz em Angola com a presença, naquele país, de uma delegação ministerial, chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso.

Esta delegação comunitária, que também conta com a participação do encarregado da pasta da Cooperação da Holanda, Jan Pronk, irá apreciar a melhor maneira de proporcionar a Angola um apoio coordenado à consolidação do novo ambiente político após o fim da guerra civil. Um acordo de cooperação rondando os 20 milhões de contos no âmbito da Convenção de Lomé IV, que orienta as relações de comércio e assistência entre a Comunidade e os países do Grupo ACP (África, Caraíbas e Pacífico), será assinado durante a permanência da delegação comunitária em Angola.



Durão Barroso, em Huambo, na apresentação do programa de formação da escola de oficiais

Reinserção de militares

Prevê-se o apoio à reabilitação de infra-estruturas, assistência sanitária e ao sistema de educação, assim como a ajuda à reinserção de militares desmobilizados, um dos aspectos de maior sensibilidade. Os elementos recolhidos nesta visita contribuirão para a definição da posição comunitária numa futura conferência internacional de dadores em benefício de Angola.

O estabelecimento da paz em Angola abriu novas perspectivas de cooperação para a acção da Comunidade Europeia, embora esta tenha concedido ao país cerca de 301 milhões de ecus ao longo do período entre 1979 e o fim do ano passado, especialmente a título de subvenções, juntamente com acções de urgência no apoio a refugiados e ajuda alimentar.

Mesmo antes da assinatura da paz, a Comunidade Europeia já estava a estudar, por iniciativa portuguesa, formas de envolvimento mais intenso no apoio à consolidação do novo ambiente político. Durante a sua visita a Bruxelas, no ano passado, o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, solicitou o reforço da assistência europeia no período actual de democratização e reconstrução económica. A presença, noutra altura, do dirigente da UNITA, Jonas Savimbi, na capital belga, contribuiu igualmente para que as instâncias comunitárias tivessem uma melhor percepção das necessidades angolanas.

Para responder a tais necessidades, o Conselho de Ministros do Desenvolvimento, em Bruxelas, reunido a 28 de Novembro passado, mostrou a sua disponibilidde para levar a Angola um apoio especial e coordenado. Foi então anunciada a actual deslocação a Angola da tróica comunitária ligada ao sector do desenvolvimento (a ministra britânica Linda Chalker está ausente por questões de saúde).

Visita proposta por Portugal

Esta visita, proposta por Portugal, ocorre durante a presidência portuguesa da Comunidade Europeia, frisando o envolvimento especial do País nas questões angolanas, confirmado pela sua participação na dinamização dos esforços negociais que conduziram à paz.

O tratamento das questões angolanas, na Comissão Europeia, está a cargo de um funcionário de nacionalidade portuguesa, Álvaro Guedes da Silva.

A assistência comunitária ao processo político angolano também poderá passar pelo apoio à realização das próximas eleições, envolvendo o desenvolvimento de infra-estruturas ou a formação de constitucionalistas que venham a preparar os documentos fundamentais do País. Vários meios comunitários fazem, no entanto, questão de salientar que qualquer envolvimento no apoio às eleições será desenvolvido de forma imparcial, sem interferência na política interna angolana.

Financiamento de projectos

O acordo de cooperação entre a CE e Angola, no âmbito da Convenção de Lomé IV, irá incidir em áreas cruciais de desenvolvimento, como o relançamento da actividade rural e a pesca, protecção do ambiente e dos recursos naturais, assim como a segurança alimentar. Este capítulo das acções de cooperação compreenderá o financiamento de projectos que visem a melhoria qualitativa e quantitativa da produção nos sectores agrícola e da pesca, contribuindo igualmente para a promoção da qualidde de vida das respectivas comunidades. O mesmo acordo incidirá também na saúde e valorização dos recursos humanos, a fim de dar continuidade às iniciativas já empreendidas no âmbito da Convenção de Lomé III. Haverá uma atenção especial para os transportes e comunicaçôes, nomeadamente os meios terrestres e a reabilitação de instalações portuárias. O acordo abrangerá, por outro lado, o desenvolvimento de empresas do sector privado.

Para além da verba de 115 milhões de ecus, prevista no Programa Indicativo para Angola, o Banco Europeu de Investimento (BEI) deverá atribuir ainda mais 10 milhões de ecus em capital de risco.

Visita ao Huambo

A VISITA da delegação comunitária a Angola, que teve início no sábado e termina amanhã, incluiu uma deslocação ao Huambo, onde está instalada a escola de formação de quadros das Forças Armadas, e uma reunião com os membros da Comissão Conjunta Político-Militar.

Para além disso, o secretário de Estado da Cooperação e o ministro holandês dos Negócios Estrangeiros irão avistar-se com o Presidente José Eduardo dos Santos, o líder da UNITA, membros do Governo e da Igreja Católica e com dirigentes partidários.

PÚBLICO 3 SEGUNDA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1992

GONZÁLEZ E A APOSTA EM ANGOLA



A concessão de créditos a Angola no valor de 370 milhões de dólares (51,8 milhões de contos), além de 60 milhões de dólares a fundo perdido, foi o principal resultado da visita, na semana passada, do chefe do Governo espanhol a esse país. Mas os espanhóis não deixam os seus créditos por mãos alheias e aproveitaram a estada de Felipe González na antiga colónia portuguesa para intensificar os contactos com os responsáveis pela economia angolana. Espanha, que já investe mais em Angola do que em qualquer outro país da América Latina, com a qual tem uma relação ancestral, aposta decididamente neste PALOP. ■

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 30 JANEIRO 1992

Felipe Gonzalez: uma lança em África

O PRIMEIRO-MINISTRO espanhol Felipe Gonzalez expressou ontem o apoio institucional do seu Governo ao processo angolano de paz e transição para a democracia, no fim da visita oficial de três dias que realizou a Angola e que se saldou no alargamento da cooperação bilateral. Gonzalez louvou "a coragem política" demonstrada pelo Presidente José Eduardo dos Santos na transformação do regime e ouviu a promessa de que o processo eleitoral que se aproxima será "impecável". O primeiro-ministro espanhol disse também que Madrid está consciente da impossibilidade de "abarcar a África sub-sahariana" de onde decorre a necessidade de selecção das "acções de presença". Assim, a Espanha vai estreitar os seus laços de solidariedade e cooperação com Angola apoiando o processo que qualificou de "extraordinariamente importante" na pacificação e democratização deste país que considera "chave" no futuro "do desenvolvimento geral da África Austral". Eduardo dos Santos sublinhou, por seu lado, que a visita do primeiro-ministro espanhol constituiu "um marco importante" nas relações bilaterais de amizade e cooperação. Esta foi a primeira visita de Felipe Gonzalez a Angola depois de José Eduardo dos Santos ter estado duas vezes em Espanha, a última na Primavera de 1991. A comissão mista dos dois países reúne-se bienalmente. A próxima está prevista para 1993 ou 1994, em função dos desenvolvimentos políticos. ■

Visita de González a Luanda

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 30 JANEIRO 1992

Espanha abre créditos a Angola

A ESPANHA vai conceder à República Popular de Angola créditos no valor de 370 milhões de dólares (51,8 milhões de contos), além de uma outra verba de 60 milhões de dólares a fundo perdido. Esta decisão foi anunciada pela Rádio Nacional de Angola, na sequência de conversações em Luanda entre uma delegação governamental espanhola, chefiada pelo primeiro-ministro, Felipe González, e o executivo angolano.

Os dois países assinaram ainda uma convenção financeira que estabelece as bases gerais da cooperação económica, científica e técnica no período de 1992-93, a qual abrangerá os domínios da saúde, agricultura, transportes, trabalhos públicos e formação profissional de quadros angolanos.

O Banco Espanhol de Crédito (Banesto) disponibilizou, por seu lado, duas linhas de crédito ao Banco de Poupança e Crédito de Angola, num total de 45 milhões de ecus (cerca de oito milhões de contos). Vinte cinco milhões de ecus foram concedidos a médio e longo prazo e vinte milhões a curto prazo, para operações de comércio externo.

Instada a comentar o apoio espanhol a Luanda, uma fonte da embaixada portuguesa naquela cidade referiu ao PÚBLICO que "o comércio de Portugal com Angola é muito maior que o espanhol, motivo por que os créditos atribuídos para o efeito se esgotam mais depressa". De qualquer forma, salientou que o "plafond" atribuído por Lisboa para as relações comerciais com Angola ronda os 300 milhões de dólares, aos quais há agora que acrescer mais 75 milhões de contos, a serem administrados pela Cosec, de acordo com um anúncio feito no sábado passado pelo secretário de Estado do Tesouro, José Brás.

Numa primeira fase, Portugal não sairá afectado pelo facto de haver países com linhas de crédito maiores, mas a "médio prazo isso pode prejudicar-nos", sublinhou o diplomata português, para quem "Portugal está ainda numa boa posição", mas que poderá degradar-se dadas as contingências financeiras.

Tal ficará a dever-se a um motivo muito simples: "Muitos empresários e comerciantes portugueses estão a recorrer às linhas de crédito de outros países, nomeadamente da França, de Espanha e da Alemanha." De qualquer forma, este procedimento, se por um lado acelera as operações, pelo outro "tem custos mais elevados", porque implica a entrada nos canais comerciais de "outros intervenientes".

Felipe González, cuja visita a Luanda terminou ontem, foi acompanhado por uma missão empresarial de 70 pessoas, que se reuniram com as autoridades locais, incluindo o Presidente do país, José Eduardo dos Santos. ■ J.S.

PÚBLICO SÁBADO, 1 FEVEREIRO 1992

Apoios oficiais somam 62 milhões

Franceses à conquista do mercado angolano

A CAIXA Central de Cooperação Económica de França autorizou a assinatura de compromissos financeiros com Angola no valor de 2,3 mil milhões de francos (mais de 62 milhões de contos).

As verbas destinam-se a projectos para o desenvolvimento das pescas, da rede de telecomunicações, e para o Banco Nacional de Angola, com vista à construção de habitações para os cooperantes franceses.

O interesse da França por Angola tem vindo a crescer nos últimos tempos, havendo cada vez mais empresários a manifestar o seu "apetite" por aquele mercado.

Num seminário dedicado à cooperação luso-francesa, que decorreu quinta-feira, em Paris, dirigentes de pequenas e médias empresas revelaram o seu interesse em investir nos PALOP, com particular incidência em Angola.

Os empresários gauleses adiantaram que querem levar por diante as suas pretensões, em associação com empresas portuguesas.

Em Luanda, o Presidente José Eduardo dos Santos reafirmou as intenções do seu país em prosseguir as reformas económicas com vista à introdução de um sistema de economia de mercado. Falando à imprensa, quinta-feira, o Presidente de Angola anunciou a criação de um "fundo de ajuda" aos empresários angolanos, que "têm pouca experiência e a quem faltam capacidades financeiras e técnicas". Na sua intervenção, defendeu um alargamento do apoio às pequenas e médias empresas.

José Eduardo dos Santos disse ainda que à opção pelo mercado não se deve à aproximação das eleições, mas sim "à estagnação" gerada pela centralização da economia. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 31 JANEIRO 1992

Angola muda finanças

O GOVERNO de Angola anunciou ontem uma remodelação na cúpula financeira do país, com a exoneração do ministro das Finanças, Aguinaldo Jaime, e do Governador do Banco Nacional de Angola, Fernando Teixeira. Para os seus lugares foram designados o escritor Alcântara Monteiro e Sebastião Lavrador, que era o vice-governador do banco central. ■

PÚBLICO
SÁBADO, 1 FEVEREIRO 1992

"Troika" em Angola

A MISSÃO informal que a "troika" comunitária dos ministros do Desenvolvimento e da Cooperação efectua, a partir de hoje, em Angola visa apresentar ao Governo local uma "plataforma" de coordenação das ajudas à reconstrução da economia, já aprovada, por iniciativa portuguesa, pelo Conselho da Comunidade Europeia e que pode ascender a 200 milhões de dólares (cerca de 27,5 milhões de contos).

Do seu programa constam vários contactos com governantes angolanos para identificação dos programas prioritários para a ajuda comunitária, nos próximos cinco anos, estando também prevista a assinatura de um "Programa Indicativo Nacional", que poderá contemplar áreas como a agricultura, pescas, saúde, educação e construção — sectores que vêm já beneficiando de fundos da Comunidade.

O facto de a "troika" comunitária ter escolhido Angola para primeira visita a um país do Sul tem sido visto em Luanda como o resultado da influência da presidência portuguesa. A missão da "troika" tem também uma vertente política, sendo de realçar que uma das suas primeiras actividades será a deslocação à província do Huambo, onde os representantes comunitários se avistam com os responsáveis militares das futuras Forças Armadas angolanas e visitam a escola onde estão a ser formados os instrutores do exército único.

Outro ponto da agenda será a reunião com a Comissão Conjunta Político-Militar, na medida em que não se pode entender a ajuda comunitária sem se observar o cumprimento dos acordos de paz, assinados em Portugal.

A "troika" vai encontrar-se com os responsáveis da Igreja Católica e dirigentes de algumas forças políticas para aferir das mudanças que se operam em Angola e ficar em condições de justificar outros apoios para alguns programas imediatos que conhecem dificuldades, como o abastecimento logístico às tropas acantonadas e os projectos de integração dos excedentes militares que serão desmobilizados.

A delegação comunitária é chefiada por Durão Barroso, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, integrando a ministra de Estado britânica para a Commonwealth, Desenvolvimento e Cooperação, Lynda Chalker, e o ministro holandês do Desenvolvimento e Cooperação, Jan P. Pronk, além do vice-presidente da Comissão Europeia, o espanhol Manuel Marín. ■

Vítor Silva, em Luanda

"Troika" em Angola

PÚBLICO
5 FEVEREIRO 1992

O PLANO de ajuda que a "troika" comunitária, desde ontem em Luanda e chefiada por Durão Barroso, vai discutir com as autoridades angolanas pode ascender a 150 milhões de dólares (cerca de 20,5 milhões de contos), disse o vice-presidente da Comissão Europeia, Manuel Marín, que acompanha a visita.

Durão Barroso afirmou ontem que a visita da "troika" se prende com a necessidade de a CE tomar conhecimento das dificuldades do país e de como poderá ajudar Angola, "tendo em conta as condições próprias do processo de paz". "Uma situação excepcional exige também uma ajuda excepcional", afirmou o secretário de Estado português.

Manuel Marín, por seu turno, disse que é preciso "ver no terreno as realizações concretas do plano de paz", acrescentando que a "troika" assinará em Luanda o plano de ajuda nos campos do desenvolvimento rural, transportes e comunicações, valorização dos recursos humanos e desenvolvimento.

Ontem, a representação comunitária foi a Huambo visitar o Centro de Formação de Quadros das futuras Forças Armadas e teve ainda um encontro com a Comissão Conjunta Político-Militar. ■

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 31 JANEIRO 1992

Português aceita dirigir semanário da UNITA

O SINDICALISTA português Jofre Justino aceitou dirigir um futuro semanário angolano próximo da UNITA. O semanário, a ser impresso em Portugal, deverá chamar-se "Terra Angolana", ao invés de "O Angolense", como chegou a ser divulgado. Jonas Savimbi terá defendido a segunda opção, como estratégia para conseguir simpatias entre a população de Luanda. "O Angolense" é um título com tradições entre os angolanos de língua materna portuguesa, o chamado grupo crioulo, fundamentalmente urbano. A derrota da opção defendida por Savimbi pode ser entendida, segundo alguns observadores, como uma vitória da ala mais conservadora da UNITA. ■

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

Pretória financia ***Luanda***

A ÁFRICA do Sul vai conceder uma ajuda de 120 milhões de dólares a Angola destinada a apoiar programas de recuperação económica, apurou o EXPRESSO junto em Luanda.

A oferta deriva da visita, na semana passada, do MNE sul-africano a Angola, quando foi assinado um protocolo tendente ao estabelecimento de relações diplomáticas. Pretória dá sinais de querer privilegiar as relações entre Estados, o que poderá afectar a sua ajuda à UNITA. Vítor Lima, actual secretário da presidência para as Relações Exteriores, e John Sunde, antigo funcionário da embaixada sul-africana em Lisboa, são dados como futuros encarregados de negócios das respectivas representações diplomáticas.

Luanda parece disposta a conceder facilidades a investimentos, nomeadamente na recuperação das indústrias mineira, têxtil e alimentar cujo equipamento é, maioritariamente, de origem sul-africana. Além disso, um acordo sobre aviação civil vai permitir aos aviões da SAA escalarem Luanda nos voos para a Europa e a TAAG deve enviar pilotos para reciclagem em Joanesburgo.

Gustavo Costa
em Luanda

Angola terá em Abril uma rádio independente

PÚBLICO
DOMINGO, 2 FEVEREIRO 1992

UMA ESTAÇÃO emissora, denominada Rádio Luanda, será instalada em Abril na capital angolana com o apoio de instituições internacionais, sobretudo portuguesas, segundo a Lusa. A futura emissora não terá "qualquer conotação política ou partidária", segundo Adriano Botelho Vasconcelos, antigo adido cultural da embaixada angolana em Portugal e hoje membro da liderança do Partido Renovador Democrático (PRD). Mas garante que a estação não terá qualquer vínculo com esse partido ou com qualquer outro. ■

PÚBLICO
SEXTA-FEIRA, 31 JANEIRO 1992

CABO VERDE DEFENDE TIMOR NA ONU — O primeiro-ministro de Cabo Verde, Carlos Veiga, defenderá a resolução do caso de Timor-Leste numa intervenção hoje, perante o Conselho de Segurança. A reunião do Conselho de Segurança prolongar-se-á por todo o dia, desconhecendo-se à hora do fecho desta edição a ordem das intervenções. Num encontro com Cavaco Silva, segunda-feira passada, Carlos Veiga prometeu defender a proposta portuguesa para a resolução do caso de Timor-Leste junto do Conselho de Segurança, de que passou a fazer parte. Admite-se, entretanto, em meios ligados ao processo, que Boutros-Boutros Ghali siga nos próximos dias para Jacarta e Díli, na qualidade de enviado especial do secretário-geral da ONU. Butros-Gahli Wakó foi a personalidade designada pelo anterior secretário-geral, Perez de Cuellar, para se deslocar a Timor na sequência do massacre de Díli, mas a sua chamada de urgência ao Quénia gorou o projecto.

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

Moçambique: negociações recomeçam

O GOVERNO de Maputo recusou as propostas da Renamo sobre a revisão da Constituição e o regime eleitoral a ser seguido nas eleições multipartidárias do próximo ano, apresentadas nas negociações de paz moçambicanas em Roma. A estratégia da Renamo produziria um Parlamento partilhado apenas entre ela mesma e o Governo.

Entre as propostas rejeitadas destaca-se uma cláusula segundo a qual logo na **sua primeira sessão o novo Parlamento deveria rever a Constituição «antes mesmo da tomada de posse do novo Governo, que deve verificar-se no prazo de três meses após as eleições».**

O Governo rejeitou também que fossem proibidas as coligações entre partidos, quer para as eleições quer para a formação de um Governo, o estabelecimento de uma percentagem mínima de «20 por cento dos votos expressos em cada círculo eleitoral» para os partidos obterem lugares no Parlamento e a formação de uma Comissão Nacional de Eleições integrada pelo Governo, Renamo e outros partidos com o «direito de fiscalizar e controlar todas as fases do processo».

Tomás Vieira Mário
em Roma

SEMANÁRIO 1 FEV 92

Fomento em Moçambique

O escritório do Banco de Fomento Exterior (BFE) existente em Moçambique deverá transformar-se já este ano em sucursal, na sequência da legislação sobre a privatização do sector bancário aprovada pelo governo daquele país.

A par do BFE, o Banco Totta & Açores surge como a outra instituição bancária que já mostrou interesse em abrir uma sucursal em território moçambicano. E o caminho para instalação destas duas sucursais está agora aberto, após o Banco de Moçambique ter decidido, em reunião do conselho consultivo, abandonar a sua vocação de banco comercial. Assim, a partir de Junho, aquela instituição apenas conservará a vocação emissora e de autoridade monetária, cambial e de supervisão do sistema financeiro, abrindo caminho para a instalação de bancos privados. Segundo uma fonte do BFE, contactada pelo **Semanário**, a abertura desta sucursal é o resultado, «**do interesse sempre demonstrado pelo governo moçambicano para que tal se concretizasse**».

PÚBLICO QUINTA-FEIRA, 30 JANEIRO 1992

Durão Barroso no Maputo

O SECRETÁRIO de Estado para Cooperação e Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, enquanto representante da presidência portuguesa da CE, encontra-se desde ontem em Maputo, onde vai participar na XII Conferência anual consultiva da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral).

Recusando-se a fornecer números sobre as propostas da CE no que diz respeito ao financiamento de projectos regionais no contexto da SADCC, Durão Barroso referiu que a Comunidade tem todo o interesse em incrementar a cooperação com a África Austral, tendo já em vista a integração da África do Sul como décimo primeiro membro. "Julgamos ser do interesse dos povos da região e também da Europa comunitária que se concretize a integração da África do Sul no seio da SADCC, e que tenha alguma racionalidade, de forma a maximizar a ajuda internacional", sublinhou Durão Barroso ao PÚBLICO.

As intenções de cooperação da Comunidade Europeia serão anunciadas hoje durante a conferência anual consultiva. A CE participa já na reabilitação do porto moçambicano da Beira, estando previsto que durante a presente conferência seja assinado um contrato respeitante à linha férrea do Limpopo, que liga o Zimbabwe ao porto de Maputo. A dragagem do porto da Beira e a ligação rodoviária Inchope-Machipanda (Moçambique-Zimbabwe) são outros projectos que contam com o apoio financeiro da CE.

Mostrando-se optimista quanto ao processo da paz em Moçambique, Durão Barroso classificou de complexas as negociações de Roma, embora haja perspectivas de que surjam resultados positivos. ■

Teresa Lima, em Maputo

PÚBLICO SEXTA-FEIRA, 31 JANEIRO 1992

Chissano apresenta Maastricht como exemplo no Maputo

"A INTEGRAÇÃO económica da região da África Austral impõe um fluxo considerável de investimentos externos e internos", defendeu o Presidente moçambicano, Joaquim Chissano, ao discursar ontem, na abertura da XII Conferência Anual Consultiva da SADCC (Conferência para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), no Maputo.

Chissano apresentou Maastricht como exemplo de como posições divergentes e mesmo antagónicas em áreas tão sensíveis como a da política de defesa e unidade monetária podem ser superadas: "Com Maastricht aprendemos que é de vital importância a constituição de um fundo de coesão, com vista a apoiar as áreas mais sensíveis dos países membros mais necessitados."

A integração da República da África do Sul na SADCC mereceu apenas uma breve referência no discurso de Chissano. O Presidente de Moçambique considerou-a desejada e inevitável, logo que este país viva em democracia e com um governo de maioria. A erradicação do "apartheid" foi, aliás, colocada como promessa pela maioria dos delegados para a inclusão da África do Sul.

Durão Barroso, que representava a presidência da CE, manifestou também o empenho da Comunidade Europeia na erradicação definitiva do "apartheid". Faria, no entanto, notar que "os progressos políticos que se estão a registar na África do Sul lançam um extraordinário desafio a todos. Importa responder desde já". Barroso sublinhou ainda que a criação de uma África do Sul democrática "necessitará da cooperação e do apoio dos seus vizinhos, que pertencem todos ao SDACC, da mesma forma que uma verdadeira coesão e integração regionais exigem a plena participação da África do Sul nos projectos de desenvolvimento da SADCC". ■

Teresa Lima, em Maputo

DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 3 DE FEVEREIRO DE 1992

Ataque nos arredores de Maputo causou dois mortos e nove feridos

A RENAMO atacou na noite de sexta-feira para sábado a vila da Machava, a 10 quilómetros de Maputo, matando duas pessoas e ferindo outras nove, noticiou ontem a rádio de Moçambique. Uma fonte policial da Machava disse que os atacantes raptaram ainda 20 pessoas, queimaram duas viaturas e saquearam uma padaria e um outro estabelecimento comercial. Segundo o correspondente da estação emissora naquela localidade, no decurso da acção os rebeldes ocuparam o posto da polícia local e roubaram um lança-granadas, além de terem destruído parte do equipamento existente. Este foi o segundo ataque da Renamo contra áreas da periferia de Maputo nos últimos dias.

[redacted] 1 FEV 92

Felicidade e prosperidade

A embaixadora de Moçambique em Portugal conta com os esforços da presidência portuguesa das Comunidades na mobilização da ajuda europeia no estabelecimento da paz e do desenvolvimento no seu País.

Em declarações ao **Semanário**, Esperança Machavela formulou os seus dois principais desejos para o próximo semestre. «Em primeiro lugar, desejo que o meu país termine a guerra, que se instaure a paz e que haja uma normalização da vida dos moçambicanos. Desejo também muitos êxitos para a presidência de Portugal aos destinos da CEE e espero poder ver reflectido na presidência portuguesa um maior interesse da Europa pelos países de África em geral, e pelos cinco Estados africanos lusófonos em particular. Desejo ainda ao povo português muitas felicidades e muita prosperidade».

CAMPONESES MOÇAMBICANOS VÃO CRIAR SUA UNIÃO NACIONAL

— Assembleia Nacional Constituinte perspectivada para os meados do ano em curso

domingo

19 de Janeiro de 1992

SERÁ criada dentro em breve no país a União Nacional dos Camponeses, uma organização de massas na qual se poderão filiar todos os camponeses moçambicanos quer agrupados em cooperativas ou associações agrícolas assim como individualmente. Sendo assim, realizou-se na passada terça e quarta feiras na capital do país a 2ª reunião da Comissão Central preparatória da Assembleia constituinte da nova união, em formação. A reunião fez um balanço de todas as actividades preparatórias levadas a cabo até hoje desde que o projecto foi elaborado por um grupo de camponeses há sensivelmente quatro anos. Por outro lado, a reunião traçou algumas recomendações a serem levadas a cabo no nível distrital e perspectivou a realização da Assembleia Constituinte para os meados do ano em curso.

A 2ª reunião da Comissão Central preparatória da Assembleia Constituinte da União Nacional dos Camponeses, reuniu mais de trinta camponeses provenientes de diferentes cooperativas e associações de camponeses sediados em todas as províncias do país com a excepção de Cabo Delgado e Inhambane. A reunião fez a análise das actividades realizadas desde a 1ª reunião, que teve lugar em Abril do ano passado, a análise e discussão da síntese dos relatórios apresentados pelas uniões distritais, bem como a definição das acções a realizar até à Assembleia Constituinte.

OS OBJECTIVOS

A reunião ora realizada na capital do país, definiu como objectivos principais da futura União dos Camponeses Moçambicanos a independência a reorganização das estruturas do campesinato; salvaguarda dos interesses do camponês; a libertação ao suplício da pobreza; a representação dos camponeses perante o Estado, instituições e ONG's; a promoção de acções de formação e fazer da União um factor da Unidade e estímulo dos camponeses. Por outro lado, consta como objectivo fundamental desta nova organização a conscialização do camponês e disponibilização dos instrumentos de trabalho bem como uma intervenção directa no processo de comercialização agrícola facilitando deste modo o escoamento e colocação dos produtos no mercado e a valorização social e profissional do camponês.

Entretanto, a síntese dos relatórios distritais revela que há algumas questões que foram colocadas por algumas províncias como Maputo, Gaza e Manica, que se prendem, no geral, aos efeitos negativos que a guerra irá acarretar para a evolução do movimento dada a contínua dispersão dos camponeses.

Por outro lado, os camponeses envolvidos nos preparativos da Assembleia Constituinte criticaram o facto de a génese do movimento cooperativo em Moçambique não ter sido por iniciativa do campesinato mas sim através de directivas do Partido Frelimo que muitas das vezes foram incorrectamente levadas a cabo na base do que contribuiu para a progressiva desmotivação e abandono de muitos membros.

Ainda segundo a opinião daqueles camponeses, essa realidade era agravada pela actuação abusiva de alguns líderes locais do Partido Frelimo que regularmente se apoderavam do produto dos camponeses a pretextos vários mas sem fundamento. Aliás, em Boane os camponeses denunciaram casos de expropriação ilegal e abusiva de terras a favor de pessoas ligadas às estruturas do Partido Frelimo e Governo bem como de empresas estrangeiras.

Sendo assim, os camponeses consideram que a futura União Nacional está a surgir numa altura certa a caminho da independência, da justiça e da consolidação dos passos a dar de modo a transformar as unidades colectivas e individuais de produção dos camponeses em algo que produzirá dividendos que devolverão ao camponês o lugar que merece na sociedade.

O TRABALHO FEITO

A comissão central preparatória da Assembleia constituinte realizou já várias actividades de destaque desde que se reuniu pela primeira vez em Abril do ano passado. Dessas actividades consta a realização de um seminário de capacitação dos dirigentes e quadros cooperativistas que a nível local orientaram a discussão e o enriquecimento do documento **Bases para a Constituição da União Nacional dos Camponeses.** Por outro lado, foram feitas comunicações a todos os Governadores provinciais sobre as actividades que a nível da província os camponeses irão desenvolver no sentido de criarem a futura União Nacional; foi dada uma informação ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro sobre os trabalhos que se estão a realizar no âmbito dos preparativos para a criação da União Nacional, foi distribuído para as uniões locais um apoio monetário para os trabalhos a serem desenvolvidos localmente, para além de outras acções pertinentes como por exemplo a procura de financiamentos.

Entretanto, a 2ª reunião ora realizada na capital do país traçou orientações a serem seguidas antes da realização da Assembleia Constituinte numa data a anunciar, orientações essas que incluem a criação de uma equipa de trabalho para a redacção dos estatutos, a organização do processo eleitoral dos órgãos directivos, entre outras tarefas.

À margem dos trabalhos da 2ª reunião da Comissão Central preparatória da Assembleia Constituinte da nova União, a nossa Reportagem conversou com alguns camponeses que nos deram o seu sentimento e os problemas que enfrentam a nível local. O primeiro a falar foi Domingos Angorosa, Presidente da União das Cooperativas do distrito de Sussundenga província de Manica que afirmou: **penso que a futura união, vai de facto servir os interesses dos camponeses, vai ajudar-nos imenso pois trabalhamos com muitas dificuldades**, o nosso interlocutor apontou como sendo as principais dificuldades dos camponeses de Sussundenga a falta de meios de produção e de transportes para escoamento de produtos para cidade de Chimoio. **foi-nos doado um tractor há bem pouco tempo que veio minimizar os problemas que temos, mas com o surgimento da nova União Nacional certamente teremos mais soluções à disposição.** — afirmou aquele entrevistado.

Seguidamente, conversámos com Lourenço António Manje, Presidente da União das Cooperativas do distrito de Dondo, província de Sofala, que começou por saudar a União em formação, depositando grandes esperanças na nova organização. — **Entretanto, no processo do nosso trabalho temos enfrentado várias dificuldades em Dondo. A primeira grande dificuldade está na falta de equipamento muito embora tenhamos, à semelhança dos colegas de Sussundenga, recebido um tractor com as suas alfaias. Outro grande problema é da falta de sementes que é agudizada pela seca que se está a registar no nosso distrito** — afirmou aquele nosso interlocutor que seguidamente acrescentou — **Antes, nós vinhamos a trabalhar sem nenhuma estrutura de âmbito nacional que pudesse velar por nós, e acho que esta nova união vai ajudar-nos muito pois suponho que o Governo sozinho não tem capacidade para aguentar connosco na medida em que tem várias outras obrigações. De certeza absoluta que com a nova estrutura seremos mais activos e dinâmicos.**

A última pessoa com quem tivemos impressões foi Dilon Djinge, não como cantor de "marrabenta" mas sim como Presidente da União das Cooperativas de Marracuene. Estou muito satisfeito com a criação desta nova União dos camponeses moçambicanos porque vai ajudar-nos a resolver a diversificada gama de dificuldades que enfrentamos no nosso dia-a-dia. — afirmou Dilon, que após um compasso de espera continuou — A União Nacional dos Camponeses vais ser o ponto mais alto de todo um processo preparatório que estamos levando a cabo desde o ano de 1987, com esta união há garantias da resolução dos nossos problemas pois a estrutura que vai ser montada será constituída basicamente pelos próprios camponeses, isto é, não vamos depender de ninguém, vamos trabalhar com as nossas próprias mãos. Por exemplo, antigamente a Direcção Provincial de Agricultura tinha um ramo que tinha a missão de apoiar as cooperativas agrícolas só que esse apoio nunca chegava até nós, mas penso que com a nossa União isso vai se eliminar. — disse Dilon Djinje a finalizar.

África do Sul no ano da viragem

PÚBLICO
COMBOIO, 2 FEVEREIRO 1992

*Jorge Heitor**

Os dois principais parceiros da actual fase política da África do Sul, De Klerk e Mandela, encontram-se esta semana na Europa, enquanto crescem os indícios de que dentro de alguns meses patrocinarão um Governo conjunto. Pretória encontra-se decididamente no ano da grande mudança.

O Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, confirmou ontem ao primeiro-ministro britânico, John Major, que está determinado a ir por diante com as reformas que em breve deverão conduzir a uma plena democracia.

Durante a sua visita privada a Londres, De Klerk também disse ao anfitrião que a violência diminui actualmente no país, onde o essencial da vida política gira agora à volta da Convenção para uma África do Sul democrática (Codesa), espécie de Assembleia Constituinte não oficialmente reconhecida como tal.

Depois de 50 minutos de conversações no célebre número 10 de Downing Street, Presidente e primeiro-ministro foram assistir em conjunto a um jogo internacional de "rugby" (Inglaterra-Irlanda) o que provocou alguns protestos, por parte de grupos que entendem que o "apartheid" ainda não se encontra inteiramente desmantelado.

No entanto, às manifestações contra De Klerk nos diversos países por onde passa são cada vez menores e o Chefe de Estado sul-africano vai mesmo a Paris, amanhã, receber "ex-aequo" com o líder do ANC, Nelson Mandela, o Prémio Internacional da Paz Félix Houphouet-Boigny (nome do Presidente da Costa do Marfim).

Hoje mesmo, na localidade suiça de Davos, os dois homens já terão a oportunidade de se encontrar, pois ambos foram convidados a intervir no Fórum Económico Mundial. E a partir de quarta-feira Frederik de Klerk visita, oficialmente países que ainda há três anos eram considerados "feudos" do ANC: Hungria, Checoslováquia e Polónia.

Destinos cruzados

Os destinos do Presidente e de Nelson Mandela encontram-se absolutamente cruzados, ao ponto de o líder da UNITA, Jonas Savimbi, já ter comentado a semana passada, em entrevista à "Jeune Afrique": "De Klerk aplica hoje o programa do ANC".

Uma figura considerada afecta ao Partido Nacional colocou-nos em dúvida que Savimbi tivesse mesmo feito essa afirmação que lhe é atribuída pela revista parisiense: "O ANC tem uma raiz marxista e o Presidente De Klerk não passou de forma alguma a ser comunista".

Independentemente de qualquer exagero de interpretação, o que parece cada vez mais certo é que se está a assistir a uma progressiva passagem de testemunho, tentando o líder do Partido Nacional sair de cena da forma mais tranquila possível, ao mesmo tempo que vai combinando como é que o Congresso Nacional Africano se irá aproximando do poder.

Em Março haverá a segunda fase da Codesa, com a participação de mais organizações do que a primeira, em Dezembro, e alguns grupos da extrema-direita já decidiram aderir a estas conversações constitucionais. Entre eles o Boerentis Party, formado o mês passado, à base de antigos militantes do Partido Conservador, na sua maioria de expressão inglesa.

O líder do novo grupo, Barry Nilsson, disse ao PÚBLICO que os seus correligionários "não suportam mais o estilo ditatorial da liderança conservadora de Andries Treurnicht". Defendem o direito de autodeterminação para todos os sul-africanos, incluindo os "boers", mas também reconhecem a necessidade de os brancos negociarem com os demais habitantes do país.

Idêntico realismo não o demonstram organizações extremistas como o Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), que ainda ontem fez desfilar em Ventersdorp, no Transvaal, as unidades neonazis da sua "Guarda de Ferro", ameaçando impedir a formação de um Governo negro.

O líder do AWB, Eugene Terre'Blanche, galvanizou uns 600 partidários ao prometer que o país terá uma "Terceira República Boer" e que diversas formações da direita lançarão em breve uma "ofensiva comum" contra a Codesa, equivalente sul-africano das "conferências nacionais" que se têm realizado — ou pelo menos sido preconizadas — noutras zonas do continente. ■

**com Steven Lang, em Joanesburgo*

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 29 JANEIRO 1992

O PRESIDENTE sul-africano, Frederick de Klerk, recebeu ontem, no seu gabinete na Cidade do Cabo, Jonas Savimbi, o líder da UNITA, o principal movimento de oposição ao Governo de Angola. Esta audiência surge poucos dias depois da primeira visita oficial a Luanda de Roelof "Pik" Botha, o ministro dos Negócios Estrangeiros de Pretória (à esquerda na foto). A **presença de Savimbi na África do Sul coincidiu também com a notícia da detenção de Eugene Terre-Blanche, líder do Movimento de Resistência Afrikaner (AWB, neonazi), e de outros nove dirigentes da extrema-direita, durante uma rusga da polícia. Foram acusados de "violência na via pública", na sequência de sangrentos confrontos em Ventersdorp, em Agosto último, mas pouco depois eram libertados contra uma caução de 35 dólares (cerca de 5000 escudos). De Klerk garantiu que a detenção de Terre Blanche não teve motivações políticas. Foi apenas "a prova de que o Governo está decidido a manter a lei e a ordem, sem ser tendencioso". Outros entenderam o gesto como "um aviso" à extrema-direita. ■**

PÚBLICO 1 FEVEREIRO 1992

De Klerk na Europa

O PRESIDENTE sul-africano, Frederik de Klerk, partiu ontem para uma visita a seis países europeus: Reino Unido, Suíça, França, Polónia, Hungria e Checoslováquia. Hoje, em Londres, terá conversações com o primeiro-ministro John Major; e depois, na localidade suíça de Davos, discursa na reunião anual do Fórum Económico Mundial, onde também intervêm os líderes do ANC, Nelson Mandela, e do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi. Em todas as escalas, De Klerk procurará aumentar as oportunidades comerciais da África do Sul, agora que foram levantadas as sanções existentes durante o tempo do "apartheid". ■

PÚBLICO
SEGUNDA-FEIRA, 3 FEVEREIRO 1992

ANC dança com Inkatha

PARTIDÁRIOS dos dois principais grupos negros da África do Sul, o ANC e o Inkatha, dançaram ontem, ombro a ombro, num histórico comício que simbolizou o fim de uma das mais violentas guerras do país. Foi a primeira iniciativa conjunta de duas entidades normalmente consideradas rivais e verificou-se na localidade de Mpumalanga, perto de Durban, na província do Natal. Enquanto isso, o líder do ANC, Nelson Mandela, e o do Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, e o Presidente De Klerk discursavam no Fórum Económico Mundial, na Suíça, pedindo investimentos na África do Sul. ■

O JORNAL Sexta-feira, 31 de Janeiro de 1992

Direita entra na dança

A nova sessão parlamentar, de que os negros estão ausentes, criou grande perturbação política

Ferreira Sebastião
Joanesburgo

O Partido Conservador recusou terminantemente o convite dirigido por Frederick de Klerk para que a oposição parlamentar se una ao processo de negociações multipartidárias em curso, apesar de o presidente da República ter declarado, na reabertura do Parlamento, que a questão da autodeterminação dos povos seria incluída na agenda da CODESA (Convenção para uma África do Sul Democrática).

Os conservadores consideram que convite surgiu tardiamente, quando trabalhos da CODESA se iniciaram há mais de um mês. Além disso — para o Partido Conservador é bem mais importante —, uma hipotética proposta a apresentar à mesa da CODESA visando a autodeterminação para os «boers», estaria, desde logo, votada ao fracasso, atendendo ao facto de a CODESA ser constituída por cerca de 80 por cento de organizações negras. «Seria uma derrota antecipada face aos nossos objectivos» — disse Treurnicht, líder dos conservadores.

Numa evidente estratégia para atrair os conservadores à mesa das negociações com a maioria negra, De Klerk anunciou, na abertura da nova sessão parlamentar, a aceitação, por parte da CODESA, do princípio da autodeterminação como ponto a incluir na agenda dos trabalhos. Mas, mesmo tempo que o presidente da República afirmava que o seu governo nunca se havia manifestado contra tal projecto, sublinhava que, do seu ponto de vista pessoal, esse processo seria impraticável num país com a África do Sul.

A turbulenta abertura da nova sessão parlamentar, que contempla, talvez pela última vez, apenas as câmaras branca, mista e indiana, deixando de fora a maioria negra, criou uma grande perturbação política, imperando a confusão e indefinição.

O ANC reafirmou que não participaria em qualquer referendo que proporcionasse à minoria branca a possibilidade de veto sobre o futuro do país. O secretário-geral, Cyril Ramaphosa, dava assim resposta à «oferta» feita por De Klerk, de realizar um referendo sobre partilha do poder entre toda a população do país, mas permitindo que o parlamento branco mantivesse o poder de veto sobre quaisquer alterações constitucionais.

Acções violentas

Mas, se o Partido Conservador — adepto, desde há muito, do sistema federal — recusou o convite que lhe foi endereçado, embora de forma indirecta, por Frederick de Klerk, alguns partidos da extrema-direita, designadamente o AVB, alegaram ter chegado a hora de aproveitar esta «abertura», mostrando-se disponíveis a participar na CODESA.

Esta «abertura» em relação à direita, ensaiada pelo governo e até pelo ANC, radica-se na preocupação de neutralizar as acções violentas perpetradas pelas organizações «boers» mais radicais, as sérias ameaças de novos actos de violência capazes de provocar considerável atraso nas conversações inter-raciais, a descoberta pela polícia do mais variado tipo de armamento e a «fuga» de milhares de soldados para campos de treino preparados por ex-comandos que combateram na guerra da Namíbia.

O governo, aliás, actuou, esta semana, contra elementos da extrema-direita e, simultaneamente, da extrema-esquerda. De facto, a polícia deteve Eugene Terreblanche e nove outros dirigentes da Resistência Afrikaner (AWB), organização neonazi, acusados de participação nos acontecimentos sangrentos de 9 de Agosto passado, em Ventersdorp, quando o presidente De Klerk aí se dirigiu para realizar uma reunião. A sessão foi boicotada pelos referidos elementos da extrema-direita, que se defrontaram com as forças policiais, registando-se três mortes.

Além disso, a polícia deteve, também, Bennie Alexander, secretário-geral do PAC, organização de extrema-esquerda que se opõe às negociações em curso. A prisão foi realizada sob a acusação de desobediência e agressão às forças da autoridade que tentavam dispersar manifestantes em Joanesburgo.

EXPRESSO, SÁBADO 1 DE FEVEREIRO DE 1992

Governo e ANC perto do compromisso

David Beresford
em Pretória

ESTA semana, as negociações entre o Governo sul-africano e o ANC parecem estar prestes a sair do impasse, podendo vir a desembocar no fim do poder exclusivo por parte do Partido Nacional no poder, o mais tardar no próximo ano.

Na Cidade do Cabo, a capital parlamentar, surgiu um projecto contendo as propostas apresentadas pelo Governo. Este projecto abrange um plano em cinco fases envolvendo a criação de um Governo e de um Parlamento de transição:

1. Acordo sobre um projecto de Constituição para uma Administração de transição. Esta Constituição seria debatida por uma assembleia multipartidária, a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), constituída pelos principais agrupamentos políticos do país no mês passado. O acordo sobre a Constituição seria alcançado pela Codesa numa questão de meses.

2. Referendo nacional sobre a constituição de transição. Este deveria ocorrer até ao fim deste ano.

3. Eleições gerais — em que os negros participariam — para eleger um novo Parlamento e Governo multiraciais. A composição destas duas instituições dependeria da natureza da «Constituição de transição» acordada entretanto na Codesa.

4. O Governo de transição continuaria a governar o país com a autoridade do Parlamento de transição, que assumiria o papel da Codesa como forum das negociações para a Constituição «final».

5. A Constituição final seria adoptada, provavelmente através de outro referendo.

Este plano talvez venha a acabar com as longas negociações sobre a forma como a maioria da população será envolvida na governação do país.

O interesse destas propostas reside no facto de abordar eficazmente as reivindicações do ANC e de outros grupos no sentido da criação de uma assembleia constituinte cujas funções seriam debater a nova constituição numa base representativa. O ANC tem exigido a suspensão total do Parlamento e a criação de um Governo de transição que governaria essencialmente por decreto sem o apoio da autoridade parlamentar.

Numa interpretação inicial do plano, altos funcionários do ANC afirmavam, esta semana, em privado que preferiam este plano às suas propostas pois parecia dar mais legitimidade ao processo de transição.

O principal pormenor do plano que tem ainda que ser debatido exaustivamente é a natureza da Constituição provisória. O Governo irá exercer pressão no sentido de uma Constituição semelhante à que foi referida no congresso do Partido Nacional realizado no ano passado — um conjunto de propostas complexas envolvendo um Parlamento de três câmaras com representação regional, e um sistema de vetos que impunha uma coligação e uma presidência rotativa entre os líderes dos partidos principais.

O ANC já rejeitou estas propostas. Porém, o Governo irá pressionar uma qualquer forma de partilha argumentando que sem isso não será possível obter a aprovação da minoria branca.

Os brancos disporão efectivamente de um veto sobre a Constituição provisória através de um referendo em que participarão sul-africanos de todas as raças, mas cujos resultados serão contados numa base racial. O Presidente tornou bem claro que os brancos terão de concordar com todas as alterações constitucionais importantes antes de estas serem introduzidas.

A crescente hostilidade dos brancos em relação ao Governo, que se tem manifestado durante os últimos meses, deixa antever que o resultado do referendo deverá ser muito cerrado. Os nacionalistas poderão, no entanto, conseguir levar a água ao seu moinho assustando o eleitorado com a guerra civil. O ministro dos Negócios Estrangeiros «Pik» Botha deu uma ideia de como uma tal campanha seria conduzida ao afirmar, esta semana, numa conferência de Imprensa que se o Governo perdesse o referendo tal levaria a que «a maioria dos brancos do país seria acometida por um impulso de morte, desejando destruir-se a si próprio».

Adesão da África do Sul em discussão

Países da SADCC querem integração económica

MAPUTO vai acolher, a partir da próxima quinta-feira, a décima conferência anual consultiva da SADCC (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), estando para o efeito já confirmadas as presenças de mais de 300 delegados, representando mais de 40 países, incluindo Portugal, cuja delegação será chefiada pelo secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Durão Barroso.

O grande desafio desta organização regional, que agrupa nove países (Moçambique, Angola, Zimbabwe, Zâmbia, Tanzânia, Suazilândia, Botsuana, Lesoto e Namíbia), passa a ser agora a integração total. Numa nova conjuntura política determinada pela evolução do processo de reformas e futura democratização da África do Sul, o anterior objectivo da SADCC — a diminuição da dependência económica em relação a Pretória — deixa de existir. Na agenda, aliás, consta a discussão da futura inclusão da África do Sul como décimo membro, situação que tem provocado diversos estudos, apaixonados debates e profundas análises.

O busílis da questão prende-se com a superioridade da África do Sul em termos de desenvolvimento económico e com as possibilidades, ou não, de tal factor estrangular as débeis economias dos restantes Estados-membros da região, quando este país for admitido na SADCC. As posições prevalecentes são, todavia, mais optimistas e apontam para um futuro de desenvolvimento equilibrado para um real benefício de todos.

A integração económica, passando por sistemas comuns de administração, comércio, alfândegas e, numa fase posterior, pela criação de uma moeda comum, será o embrião da futura Comunidade da África Austral, um organismo similar à Comunidade Europeia. Neste contexto, nenhum projecto nacional será aprovado no âmbito da SADCC se não tiver uma componente claramente regional. As áreas prioritárias são os transportes e comunicações, a segurança alimentar e produção agrária, a energia, comércio e indústria e a informação e cultura.

Segundo o ministro da Cooperação de Moçambique, Jacinto Veloso, em declarações na semana passada numa conferência de imprensa em Maputo, os investimentos feitos até agora são volumosos e há já muitos projectos realizados ou em fase de execução, mas o contorno é ainda fraco. Projectos realizados ou em curso absorveram até ao momento 3500 milhões de dólares (cerca de 480 milhões de contos), estando em negociação outros no valor de 700 milhões de dólares.

Do montante global aplicado, os transportes e comunicações (sector coordenado por Moçambique) absorveram 60 por cento. Este sector é também o que melhor tem funcionado, embora questões como a insegurança militar, o fraco desenvolvimento das economias da região e o desvio de mercadorias para rotas alternativas tenham minimizado o impacto das iniciativas concretizadas.

Como projectos principais de integração regional contam-se a reabilitação dos portos moçambicanos de Maputo, Beira e Nacala, cruciais para os países sem saída para o mar, assim como dos corredores do Limpopo, no Sul, e da Beira, no Centro, a reabilitação do porto de Lobito e da linha de Benguela, ambos em Angola, e da linha férrea de Tazara, ligando a Zâmbia ao porto tanzaniano de Dar Es Salam.

Um estudo da SADCC reconheceu que as mudanças geopolíticas na África Austral, particularmente o desmantelamento do "apartheid" na África do Sul, com a consequente integração deste país no sistema regional de transportes e comunicações, terão um forte impacto na operacionalidade deste sector.

O secretário executivo da SADCC, o zimbabweano Simba Makoni, considera que, para que a integração regional tenha sucesso, ela deve ultrapassar os governos e transformar-se numa integração dos povos.

Teresa Lima, em Maputo

Seca ameaça economia do Zimbabwe

PÚBLICO 2 FEVEREIRO 199[illegible]

UM CÉU desesperadamente azul, campos desérticos e milhares de cabeças de gado abatidas: a seca persistente, que assola mais uma vez este ano o Zimbabwe, ameaça não apenas a agricultura mas também compromete seriamente o programa de reformas económicas adoptado recentemente pelo governo do Presidente Robert Mugabe. A algumas semanas do fim da estação das chuvas, que se estende normalmente de Novembro a Abril, apenas se registaram umas chuvas ligeiras, apesar das sessões contínuas de orações promovidas, aqui e ali, pelas autoridades locais. O balanço é desastroso: rios, lagos e barragens continuam secos e a penúria de água ameaça fechar numerosas escolas e hospitais.